

ARTÉRIAS E POROS INTERDISCIPLINARES: DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIO OU INAUGURAÇÃO DE POSSIBILIDADES?

Interdisciplinary arteries and pores: territory's demarcation or inauguration of possibilities?

Arterias y poros interdisciplinarios: ¿demarcación de territorio o inauguración de posibilidades?

Vitor Sartori Cordova
Faculdade de Ciências Aplicadas – Unicamp (FCA/Unicamp)

RESUMO

Este trabalho reflete sobre aspectos teóricos da sociologia e do urbanismo enquanto abordagens para pensar os limites que guardam estas instâncias disciplinares nos problemas da experiência do lugar. Acredita-se que o fator preponderante às fundamentações primordiais dos seus escopos analíticos divergem da tarefa que almejam: a forma organizacional das agremiações humanas (e prováveis identidades coletivas) e seus esforços em discerni-las (ou provocá-las) no espaço. Será tida esta crítica a esta estrutura em uma breve exposição teórica do como estas agremiações (e o lugar que as competem) ainda são encaradas na “aproximação banal dos corpos”, fazendo o texto ansiar à procura das lacunas deixadas por estas instâncias científicas. Para tanto, apresenta-se uma possibilidade de contribuição interdisciplinar da fenomenologia para a reconsideração deste debate de forma mais aterrada na situacionalidade do ser, isto é, mais interligada à discussão da reconsideração da importância do lugar aos estudos apresentados.

Palavras-chave: Sociologia; Urbanismo; Fenomenologia do lugar.

ABSTRATC

This work reflects on theoretical aspects of sociology and urbanism as approaches to think the limits that keep these disciplinary instances in the problems of the experience of the place. It is believed that the overriding factor in the primordial foundations of their analytical scopes differ from the task they aim for: the form of organization of human associations (and probable collective identities) and their efforts to discern (or provoke) them in space. This criticism of this structure will be taken in a brief theoretical exposition of how these associations (and the place they compete for) are still seen in the “banal approach of bodies”, making the text yearn to look for the gaps left by these scientific bodies. For that, it presents a possibility of interdisciplinary contribution of phenomenology to the reconsideration of this debate in a more grounded way in the situationality of being, i.e., more interconnected to the discussion of the reconsideration of the importance of the place to the presented studies.

Keywords: Sociology; Urbanism; Phenomenology of the place.

RESUMEN

Este trabajo reflexiona sobre aspectos teóricos de la sociología y el urbanismo como enfoques para pensar los límites que mantienen estas instancias disciplinarias en los problemas de la experiencia del lugar. Se cree que el factor primordial en los fundamentos primordiales de sus alcances analíticos difiere de la tarea a la que apuntan: la forma de organización de las asociaciones humanas (y las identidades colectivas probables) y sus esfuerzos para discernirlas (o provocarlas) en el espacio. Esta crítica de esta estructura se tomará en una breve exposición teórica de cómo estas asociaciones (y el lugar por el que compiten) todavía se ven en el "enfoque banal de los cuerpos", haciendo que el texto anhele buscar las brechas dejadas por estos cuerpos científicos. Para eso, presenta una posibilidad de contribución interdisciplinaria de la fenomenología a la reconsideración de este debate de una manera más fundamentada en la situacionalidad del ser, es decir, más interconectado a la discusión de la reconsideración de la importancia del lugar para los estudios presentados.

Palabras clave: Sociología; Urbanismo; Fenomenología del lugar.

INTRODUÇÃO

Discorre-se nestas laudas alguns aspectos fundamentais que competem ao âmago basilar da sociologia e do urbanismo. Decerto que a crítica epistemológica é sempre sadia a um revigoramento de qualquer campo disciplinar e de seus objetivos, percorrendo assim uma análise apurada de todos os seus pormenores efetivos e desencadeamentos cronológicos de suas matrizes até tempos presentes. Entretanto, este não é o foco principal. O problema cardinal alentado neste texto é saber onde se guardam fundamentalmente as principais dificuldades de compreensão de alguns problemas extremamente caros há tempos, os quais seriam: qual o lugar da pessoa em cada uma delas? Onde se encontra a existência efetiva do ser humano (seu mundo compreensivo) em suas análises?

Estes problemas, crê-se, teriam como princípio no discorrimento de algumas matrizes instauradoras destes corpos disciplinares. Não que aquelas matrizes sejam dispensáveis ou totalmente ultrapassadas. É discernível que foram pensadas em contextos históricos específicos do modo de organização societária e urbanística (europeia, na maior parte das vezes) e sempre objetivando as resoluções práticas de seus contextos. O engodo estaria no manejo destas teorias pelos seguimentos que deram continuidade a estas mesmas nos circuitos acadêmicos, se apresentando tais conceptualizações de forma cada vez mais distantes e racionalizadas sobre algumas necessidades atuais, principalmente, no que toca a questão do lugar em que elas poderiam ser reconsideradas ou atualizadas.

Poderia ocorrer que o projeto da modernidade em que nasceram, enlaçada nas grandes transformações do século XVIII, teria caído em sua própria armadilha? Lembrando que a pia crença no esclarecimento através da razão obscureceria diversas singularidades

históricas ao ponto de, ela mesma, se tornar uma ação seleta de seus conceitos. Vide o próprio apriorismo kantiano que colocaria em questão tudo quanto fosse circundante para o indivíduo, ou seja, este seria um ser absoluto dado às críticas da razão pura (ordem moral); e a corrente positivista com sua racionalidade matemática e anseios de explicação comunitária que não atingiram quaisquer objetivos quistos de forma completa, como a teoria organicista sobre a divisão do trabalho e a sua correlação social¹.

Decerto que a autonomia do homem aqui, tanto no apriorismo kantiano como no positivismo (e, claro, no cartesianismo), tinha como propósito estabelecer a dignidade deste enquanto ser inteligível para si. Contudo, o abalo do mundo estaria fixado. Mais precisamente: como identificar o que as coisas são a partir de leis impreterivelmente humanas sem levar em consideração a situacionalidade e a circunstancialidade em que elas se encontram?

Constituiria o mundo humano em categorias objetivas de análise do modo produtivo, assim como intentou Karl Marx? Possível nos estudos estruturalistas das relações entre política e economia enquanto jogo de forças de classes díspares, mas insuficiente em tematizar os nítidos descompassos entre os avanços industriais notáveis com os ideais modernos – os quais nunca se concretizaram. Enquadraria as ações humanas em uma miríade burocrática deixando margens para o “gênio” ou o “salvador” se estabelecer como o único caminho para a “redenção”, assim como dissertou Max Weber? Estaria apto à explicações nos exames dos significados e da situacionalidade dos agentes em contextos históricos particulares, mas ainda assim exigiria a construção de estruturas de pensamento – obviamente instrumentais, porém correndo o risco de tratar a intencionalidade (as ações) como um dado prévio.

Ou, no âmago do campo urbanístico, estariam estas categorias existenciais contidas e claramente explicadas no conceito das redes urbanas tanto no aspecto legal (sesmarias e cartas forais) quanto no campo político-econômico (expansão de linha férreas, rodoviárias e de redes de informação)? Haveria grande contribuição destas investigações sobre como se desencadeia as relações de poder jurídico e da estrutura econômica e seus reflexos no desenho que sulcam no território ou até no espaço intraurbano, mas ainda atrelariam as suas pesquisas sobre as cidades de forma causais-evolutivas ou poli-nuclear (interligada por questões que abrangem uma investigação mais morfológica que dialética da economia e da política encontrada na malha urbana em seus padrões de densidade, planejamento e edificação).

Desta forma, crê-se necessário expor as características destas teorias de modo a verificar uma questão em que, particularmente, a fenomenologia fora de boa serventia: a radicalidade do sentido da existência que guarda o ser-no-mundo em um lugar. Mais

¹ Ver Durkheim (1893;1995).

precisamente, onde consegue manifestar a constituição fundamental da presença da existência para a fundação de lugares e seus respectivos sentidos, visando a responsabilidade perante o outro. Para isso, se utilizou do trabalho de doutorado do autor o qual, entre outras considerações possíveis, foi uma tentativa de repensar as questões sociológicas e urbanísticas sobre este escopo fenomenológico utilizando-se da observação da vida caipira na malha urbana contemporânea, mais precisamente na cidade de Iracemápolis, localizada no interior do Estado de São Paulo.

A SOCIOLOGIA: EM BUSCA DE IDENTIDADE NO ESTEIO DA MODERNIDADE.

Tida como uma ferramenta importante no pensamento contemporâneo na discussão sobre os problemas político-econômicos do modo de produção vigente e das relações sociais instauradas (ou sua superação), a sociologia é filha do seu tempo: isto é, da modernidade. Decerto que a modernidade pode ser referida a um estilo ou costume de vida e uma organização social que emergiu na Europa no século XVII (Giddens, 1991). Pode-se encará-la como uma tentativa de projeto de renovação da filosofia e da cultura ocidental, onde converge-se as ações conjuntamente com o pensamento, atitude assumida logo de início perante o homem e o mundo. Isto, pois seu cabedal filosófico sempre quis conhecer a totalidade, ou seja, compreender tudo de forma significativa que compete ao homem e a seu mundo (Descartes, 1637, 1952).

A sociologia teria bebido desta fonte quando fora formada no século XIX. Ela nascera da vontade de emancipar o conhecimento dos credos religiosos, mas também da própria especulação metafísica. Isto, mediante uma rigorosa fidelidade aos fatos, ansiando atingir a objetividade de que eram modelos as ciências naturais e empíricas por um lado e matemáticas por outro. Assim se inscreve, por exemplo, a sociologia positiva de Auguste Comte. Ela se fundava na rigidez da comprovação dos fatos observáveis, e não numa verdade absoluta ou de uma sociedade justa (não que negasse esta última) (COMTE, 1989).

Primeiramente, a sociedade seria objeto de mera observação, diferentemente de uma admiração metafísica, de uma condenação por moralismos religiosos ou de pouca base científica. Inicialmente, a preocupação deveria ser dirigida à fundação de uma teoria isenta de toda ambição intelectual que não se limitasse a descoberta das verdadeiras leis que regem a “natureza humana” e concebida com racionalidade o bastante para, em seu todo, ser inteiramente compatível com os princípios do seu desenvolvimento ativo (COMTE, 1989). Era preciso reconhecer que os fenômenos sociais, dada a sua grande complexidade, requeriam um maior distanciamento, ou seja, uma disposição maior para se encontrar as regras metodológicas do corpo disciplinar dos que os demais objetos da ciência.

Decerto que, este postulado, instituiu que “a” sociedade deveria se desenvolver sempre antes das regras gerais no intuito de serem formuladas para uma maior clareza dos temas tratáveis ao observador, servindo de base aos futuros estudos como os da família, da profissão, da religião, do partido, da zona residencial, etc. (Comte, 1989). Assim, a sociologia pensou que poderia elaborar previsões com certo grau de certeza na base da coordenação de todos os dados da observação. Desta forma, em nome da divisão do trabalho científico, procurou-se instituir uma delimitação nítida e rigorosa entre a sociologia por um lado e as áreas adjacentes como as da economia, da filosofia e da história por outro.

Claro que estas tentativas se reatavam na identificação do domínio específico da constituição da sociedade, ampliando a proposta da disciplina na tentativa de caracterizar o que é humano e social. Mas, a preocupação com a autonomia da ciência sociológica e com a delimitação tão clara e rigorosa quanto possível, não deve fazer esquecer que as divisões operadas nos fenômenos sociais continham sempre o seu momento de arbitrariedade implacável. Estas divisões tornavam a oposição entre a teoria pura das formas e das relações entre os homens e sua dinâmica histórica em um molde vazio, no qual se perdia toda a consistência do que era realmente social (Ribeiro, 1982).

Sociedade, neste âmago, era entendida por um espectro nebuloso de um conjunto de homens de diversas dimensões e significados que compunham um todo denominado “humanidade”. Assim, compreendeu-se esta humanidade como uma espécie de contextura formada entre os indivíduos e na qual haveria uma dependência mútua, fazendo o “todo” subsistir em virtude das funções assumidas pelos co-participantes. A sociologia seria então “a ciência das funções societárias”, de sua unidade e regularidade, baseada em processos da divisão do trabalho social como meios de manifestar precisamente a vida associada onde, no processo vital da sociedade, a reflexão sobre o caráter desta vida se resolveria quase sem problemas, pois vinculada a um “exame clínico” das suas instituições coisificadas (Ribeiro, 1982).

E este feito reverberar-se-ia com outro campo que seria o local desta socialização, ou seja, tanto na “comunitária *polis*” - se tornando a divisão do trabalho um meio para satisfazer as necessidades materiais de uma comunidade, exigindo a confecção de classes específicas para a manutenção da ordem e dos objetivos -, quanto em Estados-nações burgueses em eras modernas. Neste momento, o Estado não é mais encarado como imagem da perfeição do “Belo” ou de “Cidade de Deus”, dando lugar ao direito natural como uma reivindicação do indivíduo perante o domínio absoluto do Estado. Este, aliás, deixaria de ser considerado como um dado imóvel para compor-se de indivíduos (sendo o “todo estatal” a soma destes). Detinha-se agora a intenção de pretender demonstrar justamente como estas partes chegavam a este tipo de pensamento pela deliberação racional, convertendo-se este processo na fundamentação do próprio Estado e da sociedade.

A sociologia compreenderia este processo em sua problematização básica. Entretanto, para alguns de seus pensadores, isto se tornava sinônimo de profunda reflexão ou impossibilidade, pois, se para os demais pensadores era crível classificar o conceito de sociedade em elementos primordiais como os institucionais (onde a constituição social existiria, de fato, na medida em que a convivência entre os homens é mediada, pois institucionalizada), ela converter-se-ia em crítica da sociedade moderna a partir do instante em que constatava os problemas instaurados pelo não cumprimento de algumas tarefas da era moderna como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Como exemplo disso, pode-se elencar alguns gigantes da sociologia.

Primeiramente, Émile Durkheim, tendo como principal objeto de estudo os fatos sociais que seriam, *grosso modo*, as situações coercitivas que regulavam a moral e preservavam os costumes e leis de um meio social, ou seja, aqueles fatores que legitimavam a conectividade e o funcionamento perfeito do órgão social (DURKHEIM, 1893;1995). Isto se deve, pois, até então, o homem era estudado pela matemática, física, teologia e biologia. Todas elas tomavam o estudo sobre o mesmo de uma forma específica à sua demanda epistemológica. Mas, e o fator coletivo no homem? Como estudá-lo? Seu maior interesse convergiria na busca de regularidades que são próprias do reino social, as quais permitiriam explicar os fenômenos que ocorrem neste meio com o objetivo de encontrar a ordem social que explicasse a agremiação humana. O escopo seria o de criar um método que estudasse os fatos sociais, isto é, aquilo que une os homens, a sua concepção de mundo e como se organizam hierarquicamente. Este fato social surgiria como elemento distinto perante outras disciplinas, pois ele serviria para estudar não o homem em si, mas em agregação, ou melhor, o fato passaria a ser as regras estipuladas que explicariam a existência deste conjunto. Em outras palavras, a incidência de fatores com maior ocorrência é que determinariam os princípios dos estudos sociológicos (Durkheim, 1895;2001).

Desta maneira, as regras metodológicas passariam pela análise da noção de lei (jurídicas, morais) e de mecanismos de comprovação estatística (na verificação sistemática da incidência de um comportamento, costume ou regra). O objetivo era a constituição da sociologia como ciência autônoma com um objeto de estudo definido, determinados por termos como: coerção, generalidade e exterioridade. Por exemplo, a coerção social seria a força que os fatos exercem sobre o indivíduo, levando-o a conformar-se às regras da sociedade em que vive independentemente da sua vontade. Abrangeria os padrões e condutas pré-estabelecidas que são realizadas sem questionamento ou, às vezes, sem mesmo ser levados à consciência, sendo encontrados na formação familiar (modelos patriarcal, nuclear), nos códigos de trânsito, na escola e na religião.

Já a generalidade seria representada pelas formas de habitar, de comunicar, de sentir, isto é, todo fato social que se repete na maioria dos indivíduos. Aqui, há a exigência ao

pesquisador para manter certa distância e neutralidade em relação aos fatos com a intenção de melhor resguardar a objetividade dos mesmos (exterioridade). Assim, o objeto de estudo é encarado como coisa, como algo exterior, devendo ser medido, observado, qualificado e comparado independentemente do que o pesquisador pensasse a respeito. Para apoderar-se dos fatos sociais, o cientista identificaria os acontecimentos exteriores mais comuns, principalmente, quando averiguasse a morfologia social, que seria uma classificação das espécies sociais com o objetivo de compará-las entre si no todo da solidariedade orgânica.

Entretanto, na sociologia de Max Weber, por exemplo, a sociedade significava uma teia de interpelações consentida entre os agentes sociais e a própria condição da existência dos homens. É relevante lembrar que a importância de Weber para a sociologia não se descolava do problema central relativo à Alemanha do século XIX para o XX (Cohn, 1979). Sua preocupação maior era compreender a maneira como este país poderia se consolidar em um Estado nacional e desempenhar um papel importante no mundo nas relações com outras nações. Para responder a isso desenvolveu esforços que desembocaram em uma concepção de ciência social que enfatizava a figura do agente, do ator da ação e o significado destas ações (Weber, 1905;1997, 1922;2000). Incisivamente falando, as ações humanas carregavam propósitos e o problema maior era desenvolver uma metodologia que fosse possível compreender estes desígnios. Isto faz sentido quando, em suas obras, desejava saber de que maneira o Estado nacional alemão poderia desempenhar o importante papel de ator no conjunto destas ações (Cohn, 1979; Pierucci, 2005).

Assim sendo, o ponto sociológico weberiano era transformar o problema da potência nacional alemã numa questão geral de entendimento da sociedade. Neste viés, a problemática central nos estudos da sociedade capitalista era identificar quais as suas tendências e seus limites. Isto, devido a perspectiva de Weber que encarava a sociedade capitalista como o horizonte histórico de sua época (Pierucci, 2005). Ansiando entender o seu funcionamento interno e de compreender qual era o limite da ação de certos componentes fundamentais dessa sociedade, derivariam, em suas análises, pretensões de identificação de um Estado que fosse orientado em termos legais com uma racionalidade que permitisse a previsão da ação (Weber, 1922, 2000). Pretensão analítica cabível, pois sem rendimentos e previsibilidades não há capitalismo e nem ação econômica. E, tudo isso, o Estado nacional e legal permitiria, isto é, este fomenta garantias para a existência das empresas que resultam no que é essencial ao capitalismo (que é o lucro para o proprietário), mas também desemboca em um aparato legal que, além de ser capaz de produzir e implementar políticas, tange-se a um cabedal administrativo eficiente: a burocracia.

Esta, aliás, era o seu maior desafio sociológico: quais são os limites de um capitalismo concorrencial de mercado? (Cohn, 1979). Postulação problemática, pois ela pode ser altamente eficiente, mas tende à rotina, isto é, não gera novas iniciativas. O problema é

que o corpo burocrático vai se consolidando quando conhece cada vez melhor quais são as operações cotidianas, impondo o modo rotineiro de operar sob o resto da sociedade, incluindo o próprio Estado. Em função disso, Weber constrói toda uma análise dos choques e descompassos entre o burocrata e o político. Mais claramente, o burocrata é aquele que almeja a previsibilidade das consequências; já o político está pensando nas necessidades de novas ações para a sociedade toda. A questão é: quem irá se subordinar?

Desta forma, a sua visão trágica tangia-se numa sociedade racional e legalmente organizada que, reservando-se pontos importantíssimos, tolhe a ação e a criatividade (Pierucci, 2005). Mesmo assim, era preciso encontrar caminhos dentro da sociedade racional-legal para abrir novas perspectivas, como sempre enfatizava através da ação e do agente. O problema era o tipo de sociedade abordada em suas análises: nela, não havia saída a curto prazo, instaurando-se a pergunta do como seria possível viver nesta mesma. Porque esta, quando é eficiente do lado da organização, tolhe a ação e a iniciativa do agente. Quando libera a iniciativa do agente, perde eficiência e reprime a própria condição racional da política e da organização da empresa capitalista (Cohn, 1979).

Deste modo, o ideal de sociedade não existiria: não haveria modelos ou caminhos seguros. Seus escritos somente convergiam na tentativa de encontrar a melhor forma possível de entender a formação, historiograficamente falando, desta sociedade moderna, como os problemas concernentes entre ela e a economia (Weber, 1922, 2000). Neste enorme esforço tentou responder às questões que o próprio Karl Marx havia colocado, que seriam: qual é a relação da economia com outras formas de vida na sociedade? (Cohn, 1979).

Weber não nega que o modo como se organiza a economia tem efeitos sob as diversas outras formas da vida social. Discorda que nem sempre há alguma forma de organização da sociedade exclusivamente através desta mesma. Existiriam outras instâncias organizadoras como o direito e a religião (Weber, 1905, 1997). Assim, realizando o caminho linear da economia, não seria possível conseguir explicação para tudo. A realidade em si é muito complexa para ser colocada numa determinação teórica. Para enfrentar estes problemas, os tipos ideais consistiriam em enfatizar determinados traços da realidade devido a inesgotável variedade de fenômenos observáveis na vida social. Serviriam para caracterizar certas condutas do quadro social para que o observador pudesse concebê-las na forma mais pura possível, pois jamais se apresentariam concretamente em situações reais (Pierucci, 2005). Ao mesmo tempo em que há a necessidade de construir estes tipos ideais, tem-se também a necessidade de diferenciá-los da realidade, já que essas são ideias sobre os fenômenos e não propriamente são os fenômenos.

Já sob a perspectiva teórica de Karl Marx, a primeira consideração que poderia ser feita é a da tentativa histórica de realizar aquilo que supostamente era o propósito da teoria marxista: a revolução proletária e a ascensão ao comunismo (Marx; Engels, 1848; 1998).

Decerto que esta não tenha funcionado integralmente, pois demonstrou, em termos históricos, que não é por um ato revolucionário voluntarista que se muda a sociedade. Contudo, a teoria marxista fora de extrema importância, principalmente, a uma exigência histórica que também era ética. Isto, pois o capitalismo, deixado sozinho, gera barbáries. Além do mais, fomenta relações de exploração entre os homens, de competição extremas que, de há muito tempo, não são aceitáveis (Marx, 1867, 1984).

Assim, define ele, por intermédio da história das condições de existência, que o concreto seria a unidade do diverso, a síntese de múltiplas determinações. Melhor dizendo, deve-se entender o conceito de determinação histórica não como sinônimo de um conjunto de características, mas como os resultados que constituem uma realidade concreta no processo pela qual ela é produzida (Engels; Marx, 1846;2007). Para tal análise existiria o método histórico-dialético, ferramenta que deveria ser utilizada para percorrer o processo contraditório da constituição de algo real e dado como um sistema de relações cada vez mais complexo que nunca são apreendidos somente pela observação. E onde desembocaria esta análise concreta dos fatos? Na análise da mercadoria (Marx, 1867;1984). A coisa mais simples no capitalismo, mas que se revela como um processo que oculta o trabalhador (um ser humano), o qual também vira uma mercadoria pela venda da força de seu trabalho. Assim, quando se abarca a origem da mercadoria, compreende-se que não se trata de uma coisa tão simples como aparecia, pois ela é ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Realçando, ela não é um simples objeto, mas um valor, isto é, útil e com preço de mercado.

Nas análises de Marx, mesmo o uso é determinado pelas condições de mercado comandado pelo valor de troca, porém, este não é deliberado pelo preço: seu valor é estabelecido na quantidade de tempo de trabalho necessário para a sua produção. Inclui o tempo de sua confecção, o tempo necessário para produzir as ferramentas, o tempo para extrair e trabalhar a matéria-prima. E estes tempos são tempos de trabalho da sociedade: entra no preço da mercadoria como parte do chamado custo da produção – o salário pago pelo tempo de trabalho ao trabalhador que fabrica esta mercadoria. Seu preço não a constitui simplesmente como coisa, mas como trabalho socialmente concentrado. Esta “coisa” guarda valores equivalentes a outras que se medem pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las, ou seja, trabalho que envolve toda a sociedade que funda este valor de troca. Aqui há, para isso, a extração da mais valia – o trabalho não pago no processo de produção e retido como lucro. Ela, a mercadoria, oculta assim, o arcabouço da exploração econômica.

E como a classe que vive do trabalho se relaciona com esta situação e chega à conclusão de que é explorada? Pela maneira em que as relações sociais de produção (este modo pela qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência) os interpelam a pensar nas contradições destas relações. Estas condições materiais produzem conjunturas determinadas para os homens organizarem as suas vidas enquanto

tais (isto é, partícipes em algum todo). Quer dizer, as classes sociais concedem uma existência histórica aos sujeitos, fazem-no existentes nas atividades econômicas, políticas e culturais as quais educariam este sujeito frente à proliferação das atrocidades do capitalismo como o do trabalho alienado: que é aquele no qual o produtor não pode se reconhecer no produto de seu trabalho, pois as suas condições, finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições do trabalho.

Como se não bastasse, o fato de que o trabalhador não se reconheça no seu próprio produto faz com que este surja como um poder separado do produtor e como um poder que o domina e o ameaça. Assim, o modo de produção capitalista arquitetava uma relação social fundamental que é a relação de assalariamento. Compatibilidade esta não natural, ou seja, uma vez inventada, poderia ser invertida. Neste viés, era fundamental a criação de uma alternativa consolidada através dos grandes partidos socialistas e comunistas. Aliás, aqui há o planejamento da concepção societária quista, debatendo-se abertamente as categorias que expressavam as desigualdades geradas na maneira como se produzia e distribuía a riqueza social. Fato mais do que compreensível, pois os séculos XIX e XX foram eras de grandes sacrifícios aos mais pobres, vide as disputas bélicas do período onde não estava sendo possível organizar adequadamente as referências nacionais criadas entre os séculos XVII, XVIII, XIX aos trabalhadores e demais instâncias societárias (Hobsbawn, 2000).

Mesmo havendo críticas ao pensamento marxista, como a forma tradicional de construir uma alternativa histórica à sociedade capitalista pela organização política de uma poderosa classe trabalhadora (a qual não existe mais nos moldes que Marx conheceu), convém lembrar que isso não invalida a sua teoria. Ainda permanece como exigência o enfrentamento da questão sobre a política econômica atual, isto é, a procura pelas formas alternativas à ordem capitalista e como elas poderiam ganhar corpo para encarar o predomínio unilateral da organizacional societária.

O URBANISMO: ESPAÇO OU LUGAR ENTRE OS PLANOS E PLANEJAMENTOS?

De forma não paradoxal à época dos autores das ciências sociais citados acima, também houvera uma disciplina que concentrava esforços a certa exigência de uma organização econômica e política do espaço de convivência humana: o urbanismo. Tido em primeiras instâncias como primado científico para sanar os problemas organizacionais entre homem e lugar, as questões urbanísticas abundaram de forma profícua em um campo em que, pela era industrial, as áreas técnicas e tecnológicas haviam alçado voos inimagináveis, demandando esforços de uma linguagem racional para encaixar as grandiosas massas humanas que não poderiam ficar espalhadas pelo tecido urbano (Hall, 2005).

Assim era justamente a tarefa do planejamento urbano. Decerto que o mesmo é disputado no âmbito da discussão do direito à cidade e na tentativa de regulação de territórios visando uma participação coletiva mais justa no espaço citadino. Todavia, nas ações reguladoras do território instituiu não só usos, mas linguagens normativas que lhe outorgavam uma noção técnica do que é ou não cidade e até de quem tinha direitos à usá-la adequadamente, tolhendo os fenômenos urbanos como acidentes perigosos de percurso da normativa quista (Benevolo, 2014; Secchi, 2012).

Isto, porque, na época da constituição do corpo disciplinar urbanístico, a análise da cidade seria realizada por meio de figurações muito precisas como as da continuidade e da racionalidade, que especificariam a criação de um discurso único para identificar o “fenômeno” cidade (Secchi, 2012). Haveria a criação de estudos sistematizados entre ação, espaço e paisagem produzida. Esta sistematização levaria a totalidades contemplativas, devendo estes elementos se concatenar em estudos onde fosse possível obter resultados exatos, os quais deveriam surgir como peças de encaixe para um grande quebra-cabeças na amplitude totalizante do espaço urbano. Tal tentativa também se alçou na incumbência de racionalizar os fixos e os fluxos como uma resposta prática e certa aos meios e forças de produção na e para a cidade que abundavam de forma “caótica”.

Não que sejam desnecessárias estas análises, mas elas caíram na armadilha de, ao invés de servirem para valorizar a experiência direta dos residentes na cidade, instituíram visões que, de tão rigorosas, se tornaram demasiado abstratas. Melhor dizendo, o urbanismo se transformaria, a partir da reflexão do espaço pelas experiências incitadas por meio das técnicas que criou ou estipulou, em uma disciplina que enxergaria o urbano só a partir do que designaria por “espaço construído”, seja no campo patrimonial (nas construções que seriam indispensáveis para a cidade existir – uma igreja, uma casa de câmara e cadeia) ou materialista (com análises econômicas e jurídicas – um entreposto comercial, fazendas, complexos industriais). A partir disso, esses fatos passariam a se tornar paradigmas, pois constantemente aperfeiçoariam uma visão conformativa do núcleo urbano.

Como exemplo, pode-se elencar as reflexões mais corriqueiras nas pesquisas de cunho histórico sobre o urbanismo brasileiro, tendo-se a linha histórico-patrimonialista com uma análise voltada a um certo evolucionismo dos núcleos urbanos no Brasil. Representar-se-ia pelos estudos das influências políticas do termo da vila (local onde se encontra, para a simbolização daquela união, a casa de câmara e cadeia, a igreja e o pelourinho) e da região administrativa (denominada rocio) que engloba as demais áreas sob o domínio do Estado e da Igreja na configuração societária destes locais (pautado por terras públicas as quais vão se limitando por outras divisas com a mesma lógica urbana). Mesmo guardando limites extensos, a localidade, na medida em que cresce, se tornando a sua capela em igreja curada por um padre ou bispo, pode e chega a controlar este território sob sua administração,

englobando diversas áreas dispareas como tribos indígenas, bairros rurais e quilombos (Marx, 1991; Reis Filho, 2000).

No mesmo bojo (porém, com diferenciadas técnicas de análises), há a linha histórico-materialista, considerando as formações de núcleos urbanos conforme as mudanças dos modos de produção. Exemplo maior no sudeste brasileiro (e com foco em São Paulo) é a cana-de-açúcar e o café. Com o açúcar, em sua primeira fase, há um forte controle social realizado já no século XVIII pelo censo da população urbana e rural. Controle feito também por meio de alistamento militar dos residentes (na área denominada “fogos” pelo “poder oficial”) visando um melhor aproveitamento de mão de obra nos engenhos banguês, onde esta nova racionalidade produtiva carregaria outros paradigmas de planejamento territorial, pois fundaria núcleos urbanos em lugares estratégicos para atender o novo modo produtivo (Petrone, 1968).

Em sua segunda fase, com os engenhos centrais e as usinas, aproveitaria estes núcleos urbanos para a construção de vilas operárias, pois aliaria a concentração latifundiária com o aumento da mecanização da produção (Meira, 2010). Os responsáveis seriam os imigrantes alemães e, principalmente, italianos enriquecidos com as brechas produtivas deixadas pelo café no mercado interno, plantando milho, arroz, feijão, mandioca, laranja, em zonas íngremes ou de desinteresse dos grandes latifundiários do período (Piccini, 1996).

Já o café melhoraria as antigas localidades urbanas da primeira fase do açúcar, agredindo impiedosamente a zona rural e concentrando a população de forma incisiva na cidade, reformulando ou fundando outros núcleos urbanos com “ares de modernidade” (Ghirardello, 2010; Petrone, 1968; Piccini, 1996). E o fator primordial são as novas tecnologias no campo do transporte como a ferrovia, a qual vai conectando cada vez mais o território às exigências do capital estrangeiro e introduzindo um maciço estilo de vida urbano por intermédio da planta hipodâmica (adequação dos sítios aos planos urbanísticos) e dos paradigmas higienistas (teorias miasmáticas e bacteriológicas que embasarão aquela convergência). E todos estes aspectos analíticos nasceriam mais incisivamente da figura da regularidade, como se a cidade fosse um princípio intrínseco e constitutivo por si só de um território ordenado e sem qualquer rugosidade.

No entanto, quando se debruça sob os estudos urbanos na linha de teoria e história sobre fundação de cidades no Brasil, constata-se algo diferente quando da fomentação das áreas de expansão bandeirante, mais precisamente, na região sudeste do país (Candido, 1964; Ellis Junior, 1939). Averigua-se a manifestação de uma forma de habitar o território muito mais aberta no sentido fenomenológico, a qual seria uma reunião, no âmbito humanista-geográfico, tanto da fisionomia do lugar quanto de atividades econômicas e sociais. Esta forma de habitar discerniria uma história local de grande profundidade que envolvia: casa, lugar, miscigenação, religiosidade, tradição, lendas nativas e confins

sertanejos inexplorados. Tudo isto integrado no carácter em que a fenomenologia chama de “proximidade do ser”.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA SOB O OLHAR FENOMENOLÓGICO: O DESENCOBRIENTO DO MUNDO CAIPIRA

Isto poderia ser exemplificado com algumas manifestações do âmbito rural em malha urbana no interior do Estado de São Paulo, mais precisamente, com a forma de habitar caipira nesta região. Como contribuição a esta ponderação racionalista sobre o urbano e suas formas de organização societária, apresenta-se brevemente o trabalho em forma de tese denominado “Casa, mundo, quintal: ser-arquitetura-da-arquitetura no modo de vida caipira”, tendo como localidade de análise a cidade de Iracemápolis (CORDOVA, 2018). Sendo vizinhas das cidades de Rio Claro, Piracicaba e Limeira, esta região, economicamente falando, era ponto de passagem e de pouso bandeirante com intenções de “cata ao ouro” nos Estados de Goiás e Mato Grosso, onde as cidades de Rio Claro e Limeira foram importantes nos períodos de economia cafeeira do século XIX depois do fim do ciclo produtivo da Baixada Fluminense (RJ) e do Vale do Paraíba (SP) (Busch, 1967; Manfredini, 2010).

Além do mais, a região destas duas cidades é conhecida como “Oeste Paulista” e foi a primeira a utilizar mão de obra assalariada no Brasil com a participação de imigrantes suíços, alemães e italianos. É importante também no plantio de cana de açúcar com os engenhos banguês no século XVIII (utilizando tração animal ou com mecanismos manuais), com os engenhos centrais (maquinário automático) no XIX e com as usinas no XX (Busch, 1967; Manfredini, 2010; Meira, 2010). Todos estes processos irão impulsionar o crescimento urbano da região. Mesmo assim, na malha urbana de Iracemápolis, ainda é possível encontrar práticas tradicionais do âmbito rural em alguns de seus bairros mesmo com a imposição dessas várias vertentes produtivas. Há a criação de galinhas, hortas, casas com forno a lenha e, curiosamente, são nesses bairros que se encontram as ações cotidianas caipiras como a organização de rodas de cururu, isto é, a moda de viola tradicional caipira (Candido, 1999).

Desta forma, uma das primeiras hipóteses levantadas no trabalho foi que, na entoação da linguagem deste canto, carregava este consigo a capacidade de memorização e simbolização de um espaço vivido que não conseguia ser apagado pelas grandes racionalidades produtivas e nem com o avanço da cidade ao campo. Esta capacidade de simbolização e memorização deste espaço vivido, quando acionado por esta linguagem (música), fundava no tecido urbano um lugar para ser realizado. Daqui começaram a surgir alguns questionamentos que se tornaram base para os objetivos da pesquisa, tais como: porque o cururu é realizado em bairros urbanos que lembram o âmbito rural? Uma das primeiras disciplinas aplicadas inicialmente para sanar estes questionamentos foi o estudo

antropológico para se conhecer mais sobre o caipira. Ateve-se, inicialmente, pela questão antropológica da miscigenação entre o português, o índio e, mais tarde, o afrodescendente, surgindo desta “integração” (em muitos âmbitos, violenta²) um ser não só miscigenado em termos consanguíneos, mas também culturais: o mameluco, o qual herdaria o conhecimento, dos antigos caminhos indígenas, da fauna e da flora brasileira e dotando-se da capacidade de simbolizar e marcar o espaço de ação que percorria (Zenha, 1970).

Utilizando-se de elementos da paisagem para pontos referenciais como morros e cachoeiras, simbolizaria o tempo quando sua jornada era feita por rios (Holanda, 1945). Por terra, o representaria através das roças de milho que plantava nos entroncamentos dos caminhos, fazendo com que o ciclo da granada das espigas coincidisse com o período da viagem até encontrar um lugar para descansar, isto é, algum núcleo de paragem denominado de “rancho” (Ribeiro, 1995). Estas atividades foram disseminadas pelo bandeirante em épocas de caça ao nativo (vendendo índios às plantações açucareiras ao nordeste no século XVI e XVII) e na busca de ouro em Minas Gerais (século XVII), Goiás e Mato Grosso (séculos XVIII e XIX), dilatando-se ainda mais o espaço de ação deste ser humano além dos limites de São Paulo de Piratininga, São Vicente e Santo André da Borda do Campo (fenômeno conhecido como “entradismo”).

Todavia, uma vez que estas atividades se exauriam e já não eram mais utilizadas pela economia colonial, este bandeirante mamelucado começa a se assentar neste espaço que percorria surgindo assim o caipira, o herdeiro da tradição andeja do bandeirante e do seu conhecimento espaço-temporal. Este espaço se coadunaria a uma clareira de influências comunitárias dos antigos ranchos com o conhecimento cada vez maior do meio ambiente, já que começaria a ter uma vida menos itinerante. Confeccionaria uma *imago mundi* desta paisagem, onde os deslocamentos feitos através do reconhecimento dos locais de alimentação ganhariam contornos cada vez mais substanciais como no bairro rural (Candido, 1964; Queiroz, 1973). Contudo, há um problema. Este bairro ainda é mal interpretado pela disciplina urbanismo. Isto, pois esta encara o bairro rural como uma mera adjacência do núcleo urbano onde este, ao crescer, o engloba (o que segundo alguns urbanistas, isto já estava previsto), sendo um simples local subjugado pela cidade. Mas, entende-se por bairro rural como um local herdeiro dos antigos pousos bandeirantes onde a confluência entre casas, ranchos, plantações, vai ganhando proporções maiores e com caráter identitário.

² Exemplo maior é o fato de a miscigenação ser utilizada como coeficiente de controle e imposição territorial pela coroa portuguesa na medida em que expandia, por necessidades mercantis, seus domínios através dos caminhos “sertão” adentro, tendo que utilizar dos conhecimentos nativos (por intermédio da “integração”) para que a realização de suas empreitadas econômicas fossem concretizadas. Desta forma, há aqui uma enorme dívida histórica ainda pouco analisada sobre fundações de cidades no Brasil, se bastando estas em aferições documentais tidos como oficiais que, não raramente, se tornam “a” linguagem normativa sobre temas extremamente caros aos estudos urbanísticos como, por exemplo, a da propriedade da terra.

Daqui, este bairro vai se compondo de capela, vendas e núcleo de casas próximas ou afastadas uma das outras (e do núcleo com capela e venda) (Candido, 1964). Porém, se mantém como um lugar por meio das cooperações vicinais (na reunião de vizinhos em auxílio no plantio, na colheita, na construção de casas), nas atividades religiosas (como nas festas ao padroeiro do bairro, na formação das irmandades religiosas) e no próprio cururu, que é o canto tradicional caipira envolvendo a moda de viola (por influência portuguesa) juntamente com as danças indígenas (catira ou cateretê). Surgindo com os jesuítas na tentativa de catequização dos índios nas aldeias (onde tentavam doutriná-los através da música) ocorreria, em mesmas instâncias, um sincretismo de ritmos, danças e linguagem, onde os cânticos católicos ganhariam, em seus versos, a contribuição indígena do seu cotidiano: caça, façanhas individuais e lendas (Candido, 1999). Em meio às danças havia a reinterpretação das lendas como o do “sapo cururu” que, segundo as crenças nativas, era invocado em cantos sagrados sobre o rapto do fogo já que tal sapo, de vez em quando, engolia brasas, confundindo-as com vagalumes – ganhando por isso, este sapo, uma áurea mística.

Canto esse que, para o caipira, aparecia ao final daquelas suas atividades de auxílio coletivo, ficando este responsável pela coesão do grupo, pois feito tanto para o pagamento de promessas quanto para o estabelecimento de seu equilíbrio identitário, principalmente, quando passa a ser um elemento “integrado” na concepção de cidadão brasileiro. Isto, pois a história do Brasil, a qual ele sempre ficou à margem, é filtrada por este canto como forma de assimilar melhor a nova sociedade a qual é forçado a participar com outras qualidades representativas de poder altamente verticalizadas, existindo agora como mero trabalhador assalariado, perdendo sua roça, sua terra, seus animais e sendo-lhe imposto a noção de civilidade ao se tornar um “cidadão”.

Desta forma, o objetivo da pesquisa era o de perscrutar o modo de vida deste habitante do campo na cidade, isto é, investigar como sua maneira de ser deixava alguns traços em sua habitação distinguindo-a como um instrumento de condicionamento identitário, de estratégia de conservação e readequação de seu modo de vida em um mundo considerado extremamente liquefato (Bauman, 2005). Dito de outra maneira, a casa servia como um receptáculo do hábito caipira: das experiências de vida, do trabalho no campo, do canto que é a memória que o mesmo carrega, enfim, da tradição, mas não como algo pernicioso, mas como um fio condutor às pelejas futuras. Além disso, visava a pesquisa contribuir nas reflexões para o fomento de novos estudos sobre o urbanismo no Brasil, considerando a existência de outros seres que auxiliaram e difundiram demais parâmetros de fundação de cidades além das reconhecidas pelas pesquisas sobre “redes urbanas”. Estas mesmas que alçam a questão em um debate meramente urbanístico, ponderando uma reflexão altamente paradigmática da cidade seja no plano, no projeto ou na criação de regiões inteiras por ações

meramente instrumentalizadas – como a metropolitana a partir da malha viária, tendo por base dados estatísticos do desenvolvimento econômico de fato ou em potencial dos municípios.

Quando abordado o caipira na malha urbana de Iracemópolis, percebeu-se que a sua casa se resguardava numa relação de “interioridade”, onde o reconhecimento dos demais lugares que reconhecia na cidade advinha da sobrepujança das atividades do campo feitos nos seus quintais de terra, ou seja, faziam estes lugares compreendidos ao caipira quando estes habitavam nele de forma a se transformarem numa região (que abarcava cada vez mais regiões na medida em que ele se dispunha ou era interpelado por outras formas de vivência no meio urbano). Aqui, a paisagem arranjava-se em um espaçamento aberto que se articulava com outras igualmente arrumadas por outras formas de vida que, de certa forma, se integravam na sua. O caipira, deste modo, entendia que a sua nova relação espacial na cidade era uma compreensão conjunta das relações entre suas ações que, porventura, tomava no campo e as que se relacionavam agora na vida urbana, havendo uma nova interpretação destas ações e descobrindo outras espacialidades, pois se via *entre* estas espacialidades, traduzindo-as de forma a tomar compreensão das mesmas. E, para isso, trazia-as para mais perto no momento em que habitava a sua casa, onde a contingência desta fazia com que a velocidade do cotidiano se transformasse numa duração mais qualitativa, pois a urdidura do mundo estava ali, próximo do caráter utilitário que ele tinha com o cotidiano.

Já no hábito de habitar a sua casa, por exemplo, a sua participação no âmbito da classe trabalhadora ganhava contornos mais substanciais no momento em que conseguia traduzir esta filiação a um discernimento conhecido, aliançando contornos mais cognoscíveis às novas tensões estabelecidas neste âmbito: como na passagem dos saberes do novo trabalho aos filhos, no estabelecimento de narrativas que passam pela linha geracional que discutem os “planos de carreira” para os familiares e nas aprendizagens compreendidas e advindas da tradição (da comunidade) nas reflexões sobre as novas situações das relações sociais de produção (sociedade). Neste âmbito, as narrativas e as memórias tentavam compreender o diferente por meio daquele trazer próximo, mostrando-se a cidade numa faceta cognoscível ao caipira como na utilidade de converter o conhecimento do trabalho na agroindústria que, insistentemente, só tinha por objetivo o valor de troca, para atividades que competiam a resignificá-lo em um caráter de valor de uso, ali, no âmbito laborativo do habitat.

Todavia, a forma de abrigar estas novas espacialidades não fazia com que ele se reduzisse a elas de forma a se fechar no meio delas. Fazia com que estas mesmas coexistissem em seu cotidiano. Desta forma, a espacialidade do caipira abria a possibilidade de que diferentes camadas existenciais aparecessem no espaço urbano a partir não só pela instrumentalidade de suas ferramentas vindas do ofício do campo, mas também em diferentes níveis que concediam outras formas de contemplação deste seu mundo (e não uma eliminação destas alteridades). As ferramentas do caipira, a sua horta, somado às suas rezas

e cânticos, traziam consigo a cidade por intermédio daquela significatividade referida, mas sempre de forma diferente e não pela mesma que o olhar mais tecnicista do urbano exigia. Isto porque, na medida em que sua casa aproximava diferentes mundos a partir do que elas abriam em sua serventia - que é uma primeira faceta do mundo -, não deixam de assinalar que esta serventia abria uma rede de referencialidade, cuja a ação vinha ao mundo num contexto. Contexto este que não deixava de se atrelar ao hábito cotidiano da existência (Heidegger, 2012).

E isso significava que este hábito sempre estava aberto a um vir-a-ser, isto é, a cada ato do trabalho e da vida do caipira instituía-se um “para quê”, que abria inúmeras possibilidades de um “para onde”, ou seja, diversas possibilidades de contemplar outras maneiras de ser com suas respectivas espacialidades que se enlaçavam ao mundo dele. Estas articulações ou, se for preferível, regiões, traduziam uma abertura, uma possibilidade de contemplação onde o “eu” conseguia ver os outros “nós” no(s) lugar(es). Assim, a casa do caipira na cidade não cercava seu lugar, mas o expandia quando qualificava o entorno do seu mundo hoje ali colocado, porque não se apartava do circundante que é a manifestação da vida urbana. Mais precisamente, a casa dele não era instalada no urbano: ela instaurava uma nova urbanidade que também era a sua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a partir do sentido abarcado pelo ser humano em seu lugar de existência é que se consegue balizar as diversas demandas que lhe apelam, a tão sonhada explicação do que é o homem e sua coletividade ainda precisaria de algumas considerações importantes para contemplá-lo enquanto um “sujeito corporificado” (Ribeiro, 2014). Estas considerações seriam os lugares de nascimento, da memória e da identidade que latejam com mais intensidade quando alguns problemas são sentidos na pele como o sofrimento, a desigualdade e a própria falta de um lugar (simbolizado até na ausência de uma casa).

Melhor dizendo, só o lugar dinamiza as qualidades, valores e dificuldades destas ponderações, aliás, o quanto são importantes para algumas pessoas mais do que para outras. Se o lugar incita a problematização da reconstrução contínua da vida ao homem, é porque o presentifica e o qualifica em uma responsabilidade de se situar não só nele próprio, mas em suas condições existenciais, isto é, na responsabilidade consigo, com os outros e com o ambiente. É o lugar que põe o homem a refletir a sua própria situação, entendida aqui como a circunstância em que se emprega em manifestar a ontologia fenomenológica: entendendo a mim, me responsabilizo imediatamente com o circundante. Em outros termos: *o problema do outro se entrecruza, em algum lugar, com o meu.*

Aliás, esta é a maior crítica que faz a fenomenologia aos resíduos da linguagem tecnicista que, de certo modo, persistem na sociologia e também no urbanismo³, que é a da radicalidade da tarefa de pensar, na trama do presente, o ser lançado ao mundo em diversos apelos temporais e espaciais. Apelos estes que deveriam ser lidos enquanto “corpos-lugares”, ponderando-se as dívidas históricas encarnadas nestes corpos que precisam, constantemente, refundar seus lugares para sobreviver (De Paula, 2017). Neste âmbito, esta radicalidade se torna urgente, pois a própria questão fenomenológica do ser-lançado-ao-mundo também coloca a nós próprios como “lançados” junto a estas demais presenças, fazendo do exercício de percepção um problema político onde o “eu” também “é” e “está” nesta abertura sensível aos apelos das alteridades.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar.
- Benevolo, L. (2014). *História da cidade*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Busch, R. K. (1967). *História de Limeira*. Limeira, SP: Prefeitura Municipal.
- Candido, A. (1999). Cururu. *Remate de Males*, Campinas-SP, s/v, s/n, 1-22. Recuperado em 23 de julho de 2019, de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635987>.
- Candido, A. (1964). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio.
- Cohn, G. (1979). *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, SP: TAQ.
- Comte, A. (1989). *Auguste Comte: sociologia*. 3. ed. São Paulo, SP: Ática.
- Cordova, V.S. (2018). *Casa, mundo, quintal: ser-arquitetura-da-arquitetura no modo de vida caipira*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP.

³ Apesar de que estes dois campos disciplinares também guardam autores (dentre muitas outras contribuições) que estão na mesma linha crítica como, por exemplo: Anthony Giddens, Stuart Hall, Homi k. Bhabha, Amartya Sen, Peter Sloterdijk, Ana Clara Torres Riberio, Eunice Ribeiro Durham, Djamila Ribeiro e Milton Santos nas ciências humanas e Richard Sennett, Juhani Pallasmaa, Josep Maria Montaner, Joseph Rykwert, Heitor Viglietta nas ciências sociais aplicadas.

- De Paula, F. (2017) *Resiliência encarnada do lugar: vivência do desmonte na Linha (Brasil) e em Mourenx (França)*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- Descartes, R. (1952). *Discurso sobre o método*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Simões. (Original publicado em 1637).
- Durkheim, É. (2001). *As regras do método sociológico*. 16.ed. São Paulo, SP: Cia. Ed. Nacional. (Original publicado em 1895).
- Durkheim, É. (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1893).
- Ellis Junior, A. (1939). *Meio século de bandeirismo (1590-1640): novas pesquisas na documentação arquivada paulista, da publicação oficial, comparadas com conhecimentos anteriores*. São Paulo, SP: USP.
- Ghirardello, N. (2010). *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista*. São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Hall, P. (2005). *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Heidegger, M. (2012). *Ser e tempo*. Editora da Unicamp: Campinas-SP. (Original publicado em 1927).
- Hobsbawn, E. (2000). *Os trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra.
- Holanda, S. B. de. (1945). *Monções*. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Brasileiros.
- Manfredini, E. A. (2010). *História material e formação urbana: a dinâmica socioespacial de Limeira (SP) no século XIX*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.
- Marx, K. (1984). *O capital*. São Paulo: Difel. (Original publicado em 1867).
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1846).
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo, SP: EDIPRO. (Original publicado em 1848).
- Marx, M. (1991). *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Edusp.
- Meira, R. B. (2010). *Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da indústria açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)*. São Paulo: Alameda.
- Petrone, M. T. S. (1968). *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, SP: DIFEL.

- Pierucci, A. F. de O. (2005). *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. 2.ed. São Paulo, SP: Editora 34.
- Piccini, A. (1996). *A casa de Babilônia: estudo da habitação rural no interior de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Queiroz, M. I. P. de. (1973). *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Reis Filho, N. G. (2000). *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720*. 2. ed. São Paulo, SP: PINI - Informação e Atualização Profissional na Construção.
- Ribeiro, A. C. T. (2014). Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. In Ribeiro, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. (pp. 29-39). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Ribeiro, J. (1982). *O que é positivismo?* São Paulo: Brasiliense.
- Secchi, B. (2012). *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Weber, M. (1997). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12. ed. São Paulo, SP: Pioneira Thomson. (Original publicado em 1905).
- Weber, M. (2000). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: UnB. (Original publicado em 1922).
- Zenha, E. (1970). *Mamelucos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.

Nota sobre o autor:

Vitor Sartori Cordova: Sociólogo, doutor em urbanismo e pós-doutorando da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA-Unicamp) com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 2019/15057-4. E-mail: vitorcordova@yahoo.com.br

Recebido em: 20/01/2019

Aprovado em: 20/03/2020